



A IMPORTÂNCIA DAS HUMANIDADES NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

João Paulo Domingos de Sousa¹

Resumo: A democracia precisa das humanidades, sobretudo da filosofia e suas disposições, porque através desta o ser humano desenvolve suas habilidades de raciocinar, para melhor julgar e escolher, então ter um raciocínio crítico, uma argumentação consistente; cultivar a empatia; a compassividade, tornam-se valores que devem ser compactuados para quem busca uma vida com sentido. Nussbaum(2012) elenca três habilidades para o cultivo da humanidade: 1) a educação socrática que traz consigo a importância da “vida examinada” e que se traduz em refletir criticamente sobre si mesmo e suas próprias crenças; 2) ser cidadão do mundo, ou seja, o reconhecimento do outro como ser humano; daquele que é diferente de nós, dando o necessário respaldo à vida humana; 3) a imaginação narrativa que é a capacidade de se colocar no lugar no outro; experienciando emoções, vontades e anseios alheios. Diante deste contexto, aponta-se a pergunta que orienta a presente pesquisa, a saber: de que forma o estudo das humanidades interfere na construção da democracia? O objetivo que norteia este trabalho refere-se a identificar\analisar a importância do ensino das humanidades no processo da formação do cidadão, cuja relevância interfere na democracia. Adota-se metodologia bibliográfica e empírica na investigação do tema proposto, com o objetivo de ressaltar a importância das humanidades nos currículos do ensino médio ou das universidades, a fim de manter a democracia viva; saudável.

Palavras-chave: Humanidades. Cidadania. Democracia.

Abstract: The democracy needs the humanities, especially philosophy and its dispositions, because through this human beings develop their abilities to reason, to better judge and choose, then to have a critical judgment, a consistent argumentation; cultivate empathy; compassion, become values that must be compacted for those who seek a meaningful life. Nussbaum (2012) lists three skills for the study of humanity: 1) Socratic education, which brings with it the importance of the “examined life” and which translates into critically reflecting on oneself and one’s own beliefs; 2) being a citizen of the world, that is, recognizing the other as a human being; from someone who is different from us, giving the necessary support to human life; 3) a narrative imagination which is the ability to put oneself in someone else’s shoes; experiencing emotions, desires and desires of others. Given this context, the question that guides this research is raised, namely: how does the study of the humanities interfere with the construction of democracy? The objective that guides this work refers to identifying\analyzing the importance of teaching humanities in the process of developing citizens, whose relevance interferes with democracy. A bibliographic and empirical methodology should be adopted when investigating the proposed topic, with the aim of emphasizing the importance of humanities in high school or university curricula, in order to keep democracy alive; healthy.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Pós-graduando em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba na linha Ética e Filosofia Política. E-mail: Paulo_direito_pb@hotmail.com.

Keywords: Humanities. Citizenship. Democracy.

INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo - *A Importância das humanidades na formação do cidadão é baseado, principalmente, na obra Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*, de autoria de Martha Nussbaum (2015), que, traz consigo, o papel fundamental do ensino das humanidades, entendidas como a exploração da literatura, filosofia e artes, a fim de construir uma coletividade com respeito e consideração diante de uma diversidade de seres que compõem uma democracia, como também outras obras da autora auxiliou na tarefa investigativa.

Parte-se da premissa de que a democracia precisa das humanidades, sobretudo da filosofia e suas disposições, porque através desta o ser humano desenvolve suas habilidades de raciocinar, para melhor julgar e escolher, então ter um raciocínio crítico, uma argumentação consistente; cultivar a empatia; a compaixão, tornam-se valores que devem ser compactuados para quem busca uma vida com sentido. O ensino da filosofia, por exemplo, quando relacionado às questões do cotidiano, tais como política, cultura, violência e etc, possui uma capacidade ímpar de proporcionar um equilíbrio na interação com esses assuntos, fazendo com que as pessoas sejam encorajadas a pensar por si mesmas e conseqüentemente respeitando àqueles que pensam diferente, a fim de torná-los invulneráveis às influências externas exercidas pelos meios de comunicação e/ou líderes políticos. Ao invés de absorverem informações sem questioná-las, antes são levadas a pensar criticamente e formular ou reformular suas linhas de pensamento.

Nesse diapasão, as escolas e as universidades exercem uma influência primordial no processo de formação do cidadão, já que, convidados a se socializarem, desenvolvem habilidades para toda a vida. Embora a família exerça uma grande influência, dado os valores que compactuam, as escolas/universidades devem oferecer o suporte a fim de manter ou modificar valores, ensinando-lhe a pensar à maneira socrática, com o fito de que o aluno se torne cada vez mais ético e exerça a sua autonomia democrática, tendo em vista que, no dizer de Sócrates, numa democracia, uma *vida examinada* deve ser o centro das atenções da educação. Para tanto, através da *imaginação narrativa*, entendida como sinônimo de empatia, os alunos são convidados a educar as emoções, o que torna imprescindível numa democracia pluralista, principalmente numa era em que o neoliberalismo dificulta enxergar o outro como humano.

Com as modificações ocorridas no seio da sociedade civil surgiram obstáculos ao exercício da democracia, dentre os quais a vinculação da educação ao aspecto mercadológico. Com efeito, Nussbaum (2015), externa sua preocupação com a redução das disciplinas de humanidades dos

currículos escolares de muitas nações, dando azo para um modelo tecnicista de educação com o objetivo de gerar crescimento econômico em curto prazo. Segundo a autora, o sucesso econômico de algumas nações entendidas como o crescimento do Produto Interno Bruto não é sinônimo de igualdade; qualidade de vida; respeito às várias etnias, tampouco liberdades democráticas, como por exemplo, Singapura e China que, apesar do sucesso econômico, por outro lado convivem com valores contrários à democracia.

Assim, o principal objetivo de uma educação democrática é formar cidadãos universais com valores humanistas e argumentações embasadas, ao invés de indivíduos convenientes ao mercado de trabalho. Partindo da importância da argumentação, a autora se afina com a pedagogia socrática, defendendo o autoexame e a autorreflexão, inclusive para o enfrentamento dos poderes exercidos pelos dominantes. A pedagogia socrática também é preciosa no processo de interconexão de culturas, uma vez que desenvolvem nos alunos a percepção de que suas visões de mundo podem ser reduzidas, ocasião na qual são convocados a refletir criticamente, conseqüentemente, na visão da autora, incita ao respeito, compreensão e valorização das diversidades.

Os estudos interculturais revelam muitas modalidades de organização dos conceitos de gênero e sexualidade; e a reflexão sobre gênero e sexo é essencial para pensar criticamente sobre uma cultura. Um bom ensino superior deve desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar estas questões com base nas informações, e com sensibilidade para com elas. A compreensão da diferença cultural é primordial para fomentar o respeito pelos outros, para tanto traz à tona dois grandes educadores como referências: Dewey, nos Estados Unidos; e Tagore, na Índia. Segundo a filósofa, o resultado do ensino das humanidades é que se pode aprimorar a imaginação narrativa, entendida como ter a capacidade de se colocar no lugar do outro.

Diante deste contexto, aponta-se a pergunta que orienta a presente pesquisa, a saber: de que forma o estudo das humanidades interfere na construção da democracia? O objetivo que norteia este trabalho refere-se a identificar/analisar a importância do ensino das humanidades no processo da formação do cidadão, cuja relevância interfere na democracia. As orientações metodológicas exploradas na elaboração deste trabalho concernem-se à pesquisa de cunho bibliográfico. Nussbaum(2012) elenca três habilidades para o cultivo da humanidade: 1) a educação socrática que traz consigo a importância da “vida examinada” e que se traduz em refletir criticamente sobre si mesmo e suas próprias crenças; 2) ser cidadão do mundo, ou seja, o reconhecimento do outro como ser humano; daquele que é diferente de nós, dando o necessário respaldo à vida humana; 3) a imaginação narrativa que é a capacidade de se colocar no lugar no outro; experienciando emoções, vontades e anseios alheios.

1 O CULTIVO DAS HUMANIDADES

1.1 A educação socrática

A educação ateniense era tradicionalista, baseado no patriotismo subserviente ao estado, portanto, não comportava questionamentos. Sócrates, ao fundar a Academia do Pensamento buscava ensinar aos seus alunos a argumentar; a questionar suas próprias tradições: “a pensar criticamente sobre as origens sociais de normas morais aparentemente eternas, a distinguir entre o convencional e o natural” (Nussbaum, 2012, p.10, tradução nossa), o que causou mau-estar na ala conservadorista ateniense que, distorceu a metodologia socrática e o acusou de corromper os jovens.

Segundo Nussbaum (2012) os representantes atenienses, insatisfeitos com o fato de os jovens questionarem suas próprias crenças, acusaram Sócrates de corromper a juventude e gerar um clima de instabilidade cultural. Na atualidade, as “academias do pensamento” têm diversificado seus temas educacionais na tentativa de reformular as propostas curriculares, já que o mundo é inevitavelmente multicultural. A ideia é que os alunos cada vez mais fujam da passividade. Ao se educarem à maneira socrática, por meio de questionamentos, desenvolvendo um diálogo genuíno sobre debates morais atuais. A autora afirma que “qualquer proposta única de currículo relacionado à cidadania, erra por si só”, dado a heterogeneidade dos alunos, porém, aqui cabe um recorte, de modo que surge o seguinte questionamento: que tipo de cidadãos as escolas estão produzindo e qual o comprometimento do corpo docente nessa tarefa?

Desse modo, o ensino da filosofia, quando entrelaçada com as questões cotidianas, deve fazer uso da pedagogia socrática, a fim de que o aluno, quando provocado, saiba argumentar. Com isso, acredita-se que ao invés de subserviência às crenças e às autoridades, o aluno pense por si próprio, e essa qualidade, conforme afirma Nussbaum (2015, p. 48) “é valiosa para a democracia”. O raciocínio crítico produz um diálogo genuíno, no qual argumentos e crenças são questionáveis, num clima de respeito: ferramenta indispensável para a saúde da sociedade e da democracia.

Pode-se dizer que a argumentação socrática é inerente à vida humana, porque os questionamentos surgem onde as pessoas estão. Nussbaum (2012) não deixa de enaltecer, durante a sua tarefa investigativa, os mais variados assuntos que vêm sendo abordados no estudo da filosofia nas universidades estadunidenses, tais como: mulheres e vigança; aborto; homossexualidade; a vida nas aldeias africanas, ressaltando que nos debates, a tradição grega antiga se faz presente, para tanto, a autora cita os exemplos de Sêneca e Marco Aurélio, uma vez

que estes introduziam julgamentos críticos e reflexivos sobre a própria cultura. Nussbaum (2012) esclarece, inclusive, a didática de alguns alunos em aplicar a investigação socrática extraindo argumentos de jornais, como também de se colocarem, nos debates, em posições que são contrárias às quais defendem, como por exemplo, “Tucker ficou surpreso ao descobrir que deveria argumentar contra a pena de morte, embora, na verdade, fosse favorável a ela” (Nussbaum, 2015, p. 52).

É comum que quem se propõe a seguir o caráter questionador de Sócrates seja mal visto, porque a maioria se habituou com uma vida passiva; deixando se guiar pelo pensamento de uma elite conservadora que edita as suas normas de agir. Aqui cabe uma ressalva: essas normas moldam o pensamento da sociedade, mas sem o autoexame, não saberemos se são nossas, ou seja, “todo conhecimento já está no interior do homem, porém ele está adormecido (...) cumpre fazê-lo vir à tona” (Platão, 2011, p. 24), fazendo ressurgir o seu “Deus interior”, assim, o autoexame é o caminho para tornar as nossas crenças nobres e verdadeiras.

Para Sócrates, é necessário se desprender das convicções individuais a fim de agir racionalmente, porque as convicções particulares são passíveis de erro e assim tornam-se vulnerável a uma falsa opinião, então na investigação socrática por meio do questionamento se obtém o inteligível que é universal por meio da razão.

Para atingir a universalidade, ou seja, sair da opinião particular e chegar ao conceito: o estável; o germe objeto da ciência, somente era possível através da interação com outras consciências, o que é concretizado através do diálogo. Sócrates fazia uso do método indutivo, inclusive “Aristóteles, o pai da lógica, viu em Sócrates o inventor do raciocínio indutivo” (Platão, 2011, p. 28).

Pode-se concluir que, um dos equívocos da carência do autoexame socrático traduz em propósitos rasos. Para Nussbaum (2015), um óbice ao desenvolvimento das capacidades socráticas são os testes de múltipla escolha, os quais não têm como avaliar os argumentos dos alunos e assim, não aprendem a discutir saudavelmente entre si, tampouco a ter clareza sobre os próprios valores fundamentais ou suas escolhas. A autora cita o exemplo no diálogo de Laques, citado por Platão, “quando demonstra que dois principais generais atenienses, Laques e Nícias, são incapazes de dizer o que significa a coragem militar” (Nussbaum, 2015, p. 49).

Conclui-se que, a investigação socrática é dissonante com o autoritarismo, posição social, fama, prestígio, porque seu único valor está na argumentação. A expansão das fake news se traduz precipuamente na fragilidade na qual, em razão da pressa/descuido na arte de raciocinar, as pessoas tomam algo falso ou precipitado, como verdadeiro, o que acarreta o desrespeito. Pouco provavelmente desenvolverão habilidades conciliatórias. No campo político, por exemplo, quem

não é da direita, automaticamente é esquerdista e entre si imperam a sensação de adversários em uma partida, cujo objetivo é a derrota ou humilhação. Comumente há ataques e contra-ataques e esse terreno se mostra fértil para a influência dos jogos de quem quer conquistar o poder. Assim, “a capacidade de detectar a falácia é uma das coisas que tornam a vida democrática tolerável” (Nussbaum, 2015, p. 75).

Na investigação socrática virtude e razão se confundem, como também razão e caráter são indissociáveis. Dessa forma, Sócrates identifica valores como ciência que se concretiza na manifestação dos atos humanos. Para Sócrates “o sábio não é aquele que entendemos por intelectual, mas sim aquele que atinge em sua vida a perfeição moral” (Platão, 2011, p. 29). Para tanto, tem-se a interrelação entre sabedoria e moralidade que, quando aderido ao espírito, se concretiza nas suas ações, libertando-o da ignorância. Nesse sentido, “não se estabeleceu para os antigos gregos nenhuma dicotomia entre perfeição intelectual e a perfeição moral. Todas as ações do indivíduo são boas se eticamente justificáveis” (Platão, 2011, p. 29).

O debate sobre a moral é crucial para se entender a filosofia socrática, tendo em vista que, o autoexame requer o bem pensar, conseqüentemente se traduz no bem viver. Dessa forma a moral deve ser coerente, ponderada, adequada ao bem comum, de modo que se evite a causar danos. Assim, mister se faz conhecer o bem para que se o pratique e para praticá-lo é necessário navegar na introspecção, pois só com o conhecimento interior é que se conquista a virtude, tanto é que, Sócrates proferiu a célebre frase “conhece-te a ti mesmo”. Aperfeiçoar o agir humano requer que seja ponderado os interesses particulares, a fim de haver um equilíbrio entre o direito e os interesses conflitantes. Assim, uma boa conduta moral deve estar ajustada às regras e princípios; com uma cultura comprometida com a justiça.

No livro I em *A República* (2019), Platão estabelece um diálogo genuíno entre Sócrates e Polemarco, a fim de se chegar ao conceito de justiça. Durante a narrativa, Sócrates, através do questionamento, conduz Polemarco à autoanálise; ao exame de si mesmo. Para Polemarco, justo “é devolver aquilo que devemos” (Platão, 2019, p. 15), ou seja, restituir a cada um o que lhe convém; por exemplo, fazer o bem aos amigos e mal aos inimigos, razão pela qual este definiu a justiça como benéfica aos amigos e maléfica aos inimigos, uma vez que “amigo é aquele que parece e é honesto” (Platão, 2019, p. 15). Durante a investigação socrática, concluiu que “o homem justo é bom” (Platão, 2019, p. 15).

Tem-se, assim, no diálogo acima, um exemplo de alguém que não define seus conceitos de forma racional, como também é guiado pelas tradições convencionais. Quando Sócrates o instiga a revisar seu conceito de justiça, demonstra-lhe que a moral não pode ser vista sob uma concepção restrita, de modo que “O trabalho de Sócrates é ilustrar a contribuição do exame racional,

justificando-o tanto para o amante da tradição quanto para o cético autoconsciente dos jogos de poder” (Nussbaum, 2012, p. 35, tradução nossa).

Portanto, o legado socrático é totalmente relevante para a saúde da democracia, porque seu maior atributo está presente na maioria dos cidadãos, qual seja, a capacidade de raciocinar para melhor argumentar, carecendo que seja melhor explorada, por meio da educação, a fim de torná-la mais crítica; complexa. Em consonância, quando Sócrates comparou a democracia a “um cavalo grande e nobre que se move lentamente, e que é preciso cutucar para que desperte” (Platão *apud* Nussbaum, 2015, p. 47), significa que cada um tem em si a capacidade de formular seus próprios critérios de julgamento e produzir seus próprios argumentos, sem, contudo, tomar critérios alheios por empréstimo.

1.2 Cidadãos do mundo

Nussbaum (2012) no prefácio de *O cultivo da Humanidade: uma defesa clássica da educação liberal* informa ao leitor que viveu e criou seus filhos em casa de uma família multicultural\multinacional com origens na Índia, ocasião na qual avaliou a sua própria ignorância, uma vez que a educação que recebeu em nada a preparou para entender sobre hinduísmo ou islamismo, como também, como a situação econômica e social dos países em desenvolvimento e, ao agradecer o apoio à família Sen, especialmente à Amartya, aquela, em breves linhas, definiu este “cuja imaginação, sensibilidade e compromisso moral são um exemplo do que pode ser um cidadão do mundo” (Nussbaum, 2012, p. 7, tradução nossa).

Com efeito, as humanidades exercem um fator preponderante na ideia de *kosmopolités*, pois através do conhecimento sobre outros grupos étnicos, religiosos, ou seja, conhecimento com outras tradições é que os alunos podem compreender que todas as culturas são importantes, inclusive a começar pelos grupos que compõem o próprio país. No Brasil, por exemplo, ainda se alimentam muito estereótipos com relação às regiões, então tem-se uma carência pelo conhecimento dos Brasis. Percebe-se uma falha educacional, visto que, uma visão geográfica fragmentada dos alunos nos induz a concluir que pouco se explora sobre a história do Brasil ou pelo menos é repassada de forma limitada. Se se internamente convivemos com essa ignorância, quiçá teremos dificuldade em compreender uma outra cultura de um outro país.

Possivelmente, o ponto de partida para compreensão dos grupos que compõem a nossa nação, com empatia, seria reconhecer o papel do colonialismo e as possíveis variações linguísticas e culturais que determinaram o modo de vida dos habitantes locais, bem como suas oportunidades de vida, inclusive precisam entender que todas as regiões são importantes para o mercado nacional, então conhecer as características, condições de trabalho e educação são cruciais para que se tenha

consciência da responsabilidade de que as diferenças nos tornam mais complexos; mais humanos; mais globais.

Dessa forma, quando passamos a nos perceber como um ser inserido num vasto mundo, além das fronteiras que nos cercam, bem como de nossos costumes locais/regionais, inevitavelmente passamos a enxergar todos os seres humanos como habitantes de um mundo abrangente.

Nussbaum (2012) traz o exemplo de Diógenes, o cínico, uma vez que, este não se definia pela sua origem ou grupo do qual pertencia, mas como um ser universal, tanto que, ao ser questionado pela sua origem, respondia: *sou cidadão do mundo*. Com isso, Diógenes se recusava em adotar um modelo único de cultura, o que o levou a se exilar de sua terra natal e a viver como um mendigo, tendo um barril como a sua morada e associando a liberdade como uma condição para uma vida filosófica, inclusive foi influenciado por Sócrates “ao desconsiderar sinais externos de status e concentrar-se na vida interior da sociedade, virtude e pensamento” (Nussbaum, 2012, p. 71, tradução nossa). Assim, para Diógenes, a interação humana não se limitava as fronteiras nacionais.

Para Nussbaum (2015) as diferenças culturais não devem ser um empecilho para a interação humana, razão pela qual a autora ressalta é importante que os alunos tenham conhecimento sobre as diversas tradições do mundo e assim, movidos pelo sentimento de curiosidade, passem a respeitar o diferente.

Dessa forma, pontua Nussbaum (2015) que a ideia de educar para o mundo baseia-se na premissa de que vivemos numa democracia pluralista, no qual a compreensão entre a diversidade étnica, de gênero, religiosa, econômica e social deve prevalecer. Desse modo, facilita o entendimento dos alunos de que estão inseridos numa pequena porção territorial que compõe um vasto mundo que é interligado no contexto econômico-político-cultural com outros povos, de modo que desenvolvam essa percepção desde cedo.

Inclusive Nussbaum (2015) propõe que algumas disciplinas podem ser complementadas com outros temas, de sorte que lhes serão favoráveis, uma vez que terão uma visão de mundo mais ampliada e, conseqüentemente uma sólida formação. Assim, “é indispensável para formar cidadãos que compreendam, de fato, os problemas globais e que possam ser responsabilizados pelas escolhas políticas de seu próprio país” (Nussbaum, 2015, p. 93).

À medida que aflora a consciência das diversidades culturais, o aluno tende a compreender, assimilar e respeitar as diversas tradições, para tanto necessitar-se-á de um senso crítico, a fim de entender as adaptações e modificações que as crenças sofreram ao longo dos anos, quiçá compreenderão que tais crenças são produto da ação humana e, portanto, históricas; inclusive, “Na

cultura predominante da Atenas do século V a.C., admitir que os costumes atenienses não eram universais tornou-se um pré-requisito decisivo da investigação socrática” (Nussbaum, 2012, p. 68, tradução nossa).

Com efeito, o reconhecimento pela dignidade das diversas culturas incita à complexidade do mundo do qual pertencemos e é perfeitamente plausível que podemos nos surpreender com o modo de vida dos outros. Convém pontuar que o contato com as pessoas que possuem as mesmas identidades linguísticas, culturais e étnicas é importante à título de identificação local, porém “a vida da razão deve estudar rigorosamente as convenções e pressupostos locais, à luz das necessidades e aspirações humanas mais gerais” (Nussbaum, 2012, p. 73, tradução nossa).

Com isso, tem-se que, na visão de Nussbaum (2012) a lealdade à cultura local no faz reduzi a esta, anestesiando a capacidade imaginativa de nos perceber como um ser inserido numa comunidade comum com incontáveis membros que brotam do sentimento de pertencer a um mundo, cujas nações estão interligadas através de um compromisso moral existente, assim “que em nenhuma circunstância devemos colocar nossa lealdade em primeiro lugar a qualquer forma de governo, a qualquer poder temporal, mas sim à comunidade moral composta por todos os seres humanos” (Nussbaum, 2012, p. 74, tradução nossa).

Dessar forma, dialogar com outros povos envolve o respeito e senso crítico, até mesmo para abolir os estigmas que são criados, como por exemplo, há muito estigmas relacionados aos africanos. Algumas pessoas associam à fome, guerra, aids, e etc. Portanto, “Devemos reconhecer a humanidade – e seus ingredientes fundamentais: razão e capacidade moral – onde quer que ela apareça, e prometer nossa lealdade em primeiro lugar a essa comunidade da humanidade” (Nussbaum, 2012, p. 74, tradução nossa).

Assim, uma educação crítica permite um olhar mais aguçado acerca de outros modos de vida que, sob uma conscientização ética, chegar-se-á a conclusão de que a vida contém outras possibilidades, além dos costumes e tradições pactuados. Nussbaum (2012) traz o exemplo comparativo de Atenas e Esparta, no que tange aos valores cultivadas por cada uma. Enquanto Atenas defendia a liberdade de expressão e pensamento, Esparta optou por uma política subserviente, cuja lealdade às tradições. Esse aspecto espartano, levou Atenas ainda mais a respaldar a liberdade e o senso crítico, a fim de que refletissem na vida política, uma vez que, na visão ateniense, os espartanos não eram confiáveis, posto que, envoltos à própria tradição, sem questioná-las, provavelmente eram mais vulneráveis a falhar.

O tipo de educação exaltado por Nussbaum (2012) é a multicultural que oferta as principais tradições e pensamentos do mundo, ou seja, despertar no aluno a consciência de que existem

muitas tradições e diferentes formas de pensar. Para tanto, em todo diálogo deve prevalecer o respeito às diferenças, evitando situações de desprezo, o qual se traduz em ignorância.

Portanto, o conhecimento sobre tradições desconhecidas é necessária para que o aluno vença suas próprias limitações, de modo que o faça situar como parte do mundo do qual ele pertence, porém não será necessário que ele se desprenda de suas inclinações ou identificações particulares, inclusive “estas diferenças podem e exigem obrigações especiais que todos devemos cumprir, pois todos devemos realizar as tarefas que nos competem na vida que nos foi atribuída, em vez de nos imaginarmos seres do nada ou sem memórias” (Nussbaum, 2012, p. 77, tradução nossa), até mesmo porque as diferenças não devem apenas instigar à capacidade de discernir e respeitar a dignidade humana; mas, sobretudo, que cada um perceba todos os seres humanos como nossos concidadãos e desta forma, as relações humanas funcionará melhor.

1.3 Imaginação narrativa

Alexander Meiklejohn, estudioso constitucional estadunidense, citado por Nussbaum (2012, p. 104, tradução nossa), “argumentando contra um oponente que negava a importância política da arte”, proferiu: “o povo americano precisa das artes, precisamente porque ele será chamado a votar”. Dessarte, as artes são imperiosas para a democracia, pois através desta é possível cultivar a imaginação que, incita à compreensão recíproca, ou seja, na medida em que nos esforçamos para entender o mundo das pessoas, automaticamente, moldamos o nosso mundo interior: aceitando as diferenças, compartilhando problemas, soluções, desejos e percepções de mundo diferentes do nosso e nesse ponto as artes são cruciais para a construção da cidadania, porque “cultivam capacidades de julgamento e sensibilidade que podem e devem se expressar nas escolhas dos cidadãos”(Nussbaum, 2012, p. 104, tradução nossa).

Em Aristóteles (2008), a literatura é vista por uma questão de possibilidades, quando retrata o que poderia acontecer. Para Nussbaum (2012, p. 104, tradução nossa) “esse conhecimento das possibilidades é um recurso especialmente valioso na vida política”, uma vez que, a literatura vista como produção cultural humana, fornece a possibilidade de o indivíduo desenvolver sua própria humanização, na medida que

confirma no homem sua humanidade (...), pois cada sociedade cria suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles (Candido, 2011, p. 177).

Nesse sentido, compreender a história do outro é, também, um convite à autocompreensão, uma vez que o reconhecimento como parte integrante do gênero humano possibilita o

amadurecimento do ser concretizada em suas reflexões, ações, visões e sentimentos. Dessa forma, Nussbaum (1991, p. 12, tradução nossa) em *A Imaginação Literária na Vida Pública*, ressalta que, “os leitores percebem que a história é, de certa forma, a sua própria história, mostrando possibilidades para a vida e escolha humanas que, na verdade, podem ser aproveitadas por eles”.

Em *A Política*, Aristóteles (2006) diz que o homem é um animal político, já que o ser humano urge pela vida em sociedade e essa natureza única pela necessidade de interligar-se mutuamente o torna naturalmente como um ser político. Ainda, segundo o autor (cf. *idem*, 2017) a cidade como uma associação é marcada pela diversidade, ou seja, diversidade de anseios, opiniões, expectativas, sentimentos, então o colocar-se no lugar do outro, sob uma perspectiva crítico-reflexiva, ademais socrática, amplia para uma visão que busca o reconhecimento do outro, tendo em vista que, como visto no tópico anterior, muitas vezes por diferenças de religião, classe social, origem ou gênero causam ameaça, porém através da imaginação narrativa é possível moldar o olhar interior, pois o desenvolvimento da consciência de si permite compreender os motivos e opções dos que são diferentes, assim quando pensamos no outro, amplia-se a possibilidade do se imaginar no lugar de, a fim de que o outro não seja estigmatizado pelo traço característico da esfera da qual pertença (cf. Aristóteles, 2006, p. 21; 2017, p. 11).

Assim, a proposta da literatura relacionada à concepção democrática vincula compreensão e entretenimento a fim de que conquistar a *humanidade compartilhada*, mas, para tanto, requer uma visão refinada, de modo a lapidar e equilibrar a imaginação narrativa. Por exemplo, o Filoctetes, de Sófocles e a obra de Ellison, retratam personagens que são invisíveis à sociedade, convidando “o leitor a conhecer e ver mais do que os *personagens cegos*, assim “a visibilidade pode ser alcançada com um único gesto sincero de fraternidade” (Nussbaum, 2012, p. 106, tradução nossa).

Ademais, a imaginação literária subverte o aspecto econômico que, voltado ao lucro, não se satisfaz com a ideia da interatividade que o romance representa no sentido de se maravilhar com a história do outro, razão pela qual a literatura possui respaldo na vida pública, porque torna-se esclarecedora para a vida em sociedade, na medida em que aguçam sentimentos, pensamentos e percepções, enriquecendo os laços sociais de fraternidade.

A imaginação literária, segundo Nussbaum (1991) molda a racionalidade da economia política, porque decora a alma com sentidos para a vida, o que é impossível na visão reducionista da economia que se restringe a *regras e linhas* em mentes ociosas por fantasias e sentimentos. Em que pese a contribuição do hedonismo como valor literário, manifestado na interação dos leitores com os personagens dos romances, com também, com suas próprias vidas e, a partir daí *o mundo*

é visto de uma nova forma, porém, é preciso ressaltar que a contribuição do romance perpassa o campo do prazer.

Para Nussbaum (2012) a imaginação literária transforma corações e mentes refletindo nas posturas e isso é nobre para a vida pública, razão pela qual muito mais do que um entretenimento, é um potencial catalisador para a vida humana, já que molda, alimenta e transforma *visões da humanidade* e essas visões invadem às academias, atravessam salas governamentais, decisões judiciais, escritórios particulares de economia; auxiliando-nos na esfera pública como um todo, à medida que, “orientará os juízes no seu julgamento, os legisladores na sua legislação, os decisores políticos na medição da qualidade de vida das pessoas próximas e distantes” (Nussbaum, 1991, p. 879, tradução nossa); mas que tipo de romance engradece a imaginação literária?

Certamente que para prender a atenção do leitor é necessário, na visão de Nussbaum (1991), existir simpatia entre o gênero que lhe é apresentado. Por exemplo, os utilitaristas certamente simpatizar-se-ão com as características de Gradgrind que, apesar de limitar a existência humana ao cálculo matemático, é um ser humano rico e complexo e são essas ferramentas que fazem com que o leitor imagine o comportamento deste como dignos de atenção e preocupação, seja questionando-se ou imaginando-se perante as suas ações.

Portanto, uma democracia que educa a imaginação de seus cidadãos resultará num clima político e moral valioso, uma vez que desperta no cidadão o seu compromisso frente à realidade alheia, promovendo uma percepção cívica adequada e, “nesse caso, é de extrema urgência cultivar os fundamentos da compaixão com o exercício de ficções imaginativas” (Nussbaum, 2012, p. 111, tradução nossa), uma vez que “embora possamos nos tornar poderosos por meio do conhecimento, alcançamos a plenitude por meio da compaixão” (*idem*, 2015, p. 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário mundial da educação que sobrepõe o aspecto econômico aos valores sociais, tornando as relações interpessoais cada vez mais interesseiras e supérfluas, abre-se espaço para um ensino que, a curto prazo, exige conhecimentos básicos, com foco no mercado competitivo econômico. O ensino tecnológico, ao exigir poucas habilidades, muito provavelmente pouco se explorará a argumentação; a reflexão, então tornar-se-á um campo aberto a manipulação do poder dominante diante da carência de um raciocínio crítico; de uma imaginação narrativa da população.

Num mundo marcado pela diversidade qual educação é adequada para os alunos? Certamente a que preza pelas humanidades. Contudo, a corrida pelo crescimento econômico fez com que muitas nações desprezassem as disciplinas de humanidades, porque não geram lucro. De

fato, sob o viés econômico, não é interessante respaldar às artes, à filosofia ou à literatura, principalmente numa era em que a tecnologia se sobrepõe à vida humana.

As disciplinas de humanidades, quando bem exploradas, têm o condão de aperfeiçoar o caráter humano com vistas ao aperfeiçoamento na vida política. Educação e política são inseparáveis, razão pela qual o cidadão deve ser educado para governar e para se fazer governar. Voltando para a realidade brasileira, a imperfeição dos nossos governantes é uma resposta a nossa educação, tendo em vista que, o cidadão que é educado para viver numa democracia, não se permite idolatrar políticos que estão para nos representar. O cidadão que não foi educado para pensar criticamente, infelizmente serve como massa de manobra de um jogo de quem quer conquistar o poder, então se faz necessário que enxerguemos o raciocínio crítico como parte necessária para o aperfeiçoamento humano e político. Porém, para tanto, é necessário educar o povo, de modo a transformá-lo de subordinado a cidadão do mundo.

Dessa forma, propósitos imediatistas e materialistas não se coadunam com a proposta de Nussbaum, tendo em vista que as ferramentas defendidas por esta não podem ser educadas a curto prazo. Pelo contrário, devem ser moldadas desde de cedo, até mesmo com as simples canções de ninar que instigam na criança uma curiosidade pelo mundo fantástico. Assim, a valorização nos currículos escolares das disciplinas de humanidades é crucial para formar uma sociedade sadia, conseqüentemente o lucro que se aufere é de ordem interna, porque cada um de nós passa a enxergar o outro como humano que ele é. Por outro lado, Nussbaum deixa claro que as humanidades não são inimigas das ciências ou tecnologias, mas aquela fornece bases para uma mente sadia. Instigar os alunos à argumentação, através de perguntas e respostas; cultivar o belo sob o olhar das artes e desenvolver a empatia por meio da imaginação narrativa é atributo das ciências humanas e de uma sociedade que almeja consolidar a democracia.

Com efeito, uma educação democrática requer uma iniciativa ousada das escolas e universidades, porque o método de ensino defendido por Nussbaum transpassa ao que hoje é ensinado nas escolas e universidades. Para que o aluno desenvolva o seu *olhar interior* é necessário um comprometimento e reconhecimento de que os currículos escolares e universitários são deficitários, porque não são moldados, por exemplo, ao reconhecimento de que pertencemos a um pequeno grupo dentro de uma grande diversidade. Para tanto, mister se faz explorar a história oriental, dos imigrantes, das relações raciais, estudos sobre outras religiões, estudos sobre música e teatro, enfim, tudo isso importa para uma democracia pluralista, porque ativam sentimentos morais de simpatia, empatia e compassividade.

Portanto, explorar as competências reflexivas e argumentativas devem ser papel das democracias que querem permanecer vivas, tornando-os cidadãos globais, em consonância com o

mundo à sua volta. Assim, cultivar a alma, a empatia, a autoanálise, bem como a autorreflexão, enfim, tudo isso vem nos provar o valor da educação para a democracia que se baseia nas humanidades na construção de uma sociedade sadia.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Antonio de Castro Caeiro. 2.ed. São Paulo: Forense, 2017.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução: Paulo Pinheiro. 2.ed. São Paulo: 34, 2017.

BONADIO, G. B. Imagem, absurdo e revolta em Albert Camus. *Revista Artefilosofia*, v. 24, p. 82-94, 2018.

CAMPS, Victoria. *La imaginación ética*. 1. ed. Barcelona: Ariel, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

NUSSBAUM, Martha C. *Crear capacidades: Propuesta para el desarrollo humano*. Barcelona: Paidós, 2012.

NUSSBAUM, Martha C. *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*. Tradução: Juana Pailaya. Barcelona: Paidós Ibérica, 2005.

NUSSBAUM, Martha C. *Libertad de conciencia: el ataque a la igualdad de respeto*. Traducción: Patricia Soley-Beltran. Entrevista: Daniel Gamber Sachse. Centro de cultura Contemporánea de Barcelos, 2010.

NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Edson Bini. 3.ed. São Paulo: EDIPRO, 2019.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: XENOFONTE. *Ditos e feitos memoráveis de Sócrates. Apologia de Sócrates*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha e Tradução de Enrico Corvisieri e Mirtes Coscodai. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).

THE LITERARY IMAGINATION IN PUBLIC LIFE. NUSSBAUM, Martha C. *Poetic Justice: the literary imagination in public life*. Disponível em <https://www.jstor.org/stable//469070?typeAccessWorkflow=login>. Acesso em: 01 out. 2023.